



Curso de Especialização em Saúde da Família

MÓDULO	Saúde Ambiental
AULA 02	Evolução de Conceitos e de Políticas em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
TÓPICO 1	Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador



Descritores

PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPAÑHOL
Saúde Ambiental	Comprehensive Health Care	Salud Ambiental
Saúde e Meio Ambiente	Environmental Health	Salud Ambiental
Saúde do Trabalhador	Occupational Health	Salud Laboral
Medicina do Trabalho	Occupational Medicine	Medicina del Trabajo
Condições de Trabalho	Working Conditions	Condiciones de Trabajo
Educação	Education	Educación

Vimos na aula anterior que os campos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Ambiental são interligados pela categoria produção, em que é importante entender as interfaces **produção, ambiente e saúde**. Nesta aula iremos abordar como ocorreu a evolução teórico-conceitual desses campos bem como suas respectivas políticas de saúde.

Objetivos de Aprendizagem

- Apresentar e discutir a evolução da Medicina do Trabalho, da Saúde Ocupacional e da Saúde do Trabalhador, com ênfase ao aporte teórico conceitual deste último, como orientador das políticas e práticas em saúde do trabalhador no SUS.
- Apresentar e discutir a Saúde do Trabalhador no SUS, em especial a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST.
- Apresentar os conceitos de ambiente, saúde ambiental e vigilância em saúde ambiental e a situação atual da política em saúde ambiental brasileira.

A discussão desses temas nos ajuda a compreender melhor como a **Saúde do Trabalhador** e a **Saúde Ambiental** vêm sendo abordadas, ao longo da história, e como elas estão organizadas na rede de serviços do SUS.



Observação

A preocupação com a relação entre **saúde** e **trabalho** é percebida desde a Antiguidade, mas é no século XVIII que é descrita, pela primeira vez, a relação entre o trabalho e os agravos à saúde na obra clássica do médico italiano Bernardino Ramazzini, *De Morbis Artificum Diatriba*, em 1700, considerada a precursora da anamnese ocupacional.

No Brasil, a Saúde do Trabalhador constitui um campo da Saúde Pública, cujo objeto é a relação entre **trabalho** e o processo **saúde-doença**. Entretanto, é importante sabermos, que para se chegar a este campo, muitos caminhos foram percorridos, ao longo da história, tanto no que concerne aos aspectos teórico-conceituais, quanto às políticas e práticas. Assim, vamos iniciar nossa discussão trazendo o percurso da **Medicina do Trabalho**, da **Saúde Ocupacional** até a **Saúde do Trabalhador**. Vamos lá!

Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador

Medicina do Trabalho	Saúde Ocupacional	Saúde do Trabalhador	Em Síntese...
<p>É no contexto dos primórdios da industrialização, que de acordo com Mendes e Dias (1991) surge, na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, a Medicina do Trabalho, enquanto especialidade médica, e rapidamente se expande por outros países paralelo ao crescimento das indústrias. Trata-se do primeiro modelo teórico-prático da relação trabalho e saúde. É centrado na figura do médico, pessoa de extrema confiança do empregador e que deveria defendê-lo; a doença é vista com base na unicausalidade, restrita a uma abordagem clínica do trabalhador-paciente, o qual é visto como uma máquina que deve estar saudável para garantir a produção.</p>			
<p>UNICAUSALIDADE (clique aqui)</p>			



Fonte: NUTES/UFG



Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador



Medicina do Trabalho



Saúde Ocupacional



Saúde do Trabalhador



Em Síntese...

Diante dos inúmeros acidentes de trabalho com mortes e mutilações e de doenças profissionais, a Medicina do Trabalho começa a dar sinais de sua insuficiência para resolver os problemas de saúde do trabalhador. A resposta, racional, "científica" e aparentemente inquestionável traduz-se na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, pela intervenção sobre o ambiente, com o instrumental oferecido por outras disciplinas e outras profissões. Surge assim outro modelo, a Saúde Ocupacional, com sua origem dentro das grandes empresas, em organização de equipes multi e interdisciplinares, cuja ênfase é na higiene industrial, com a teoria da multicausalidade permeando a compreensão de saúde e doença (MENDES; DIAS, 1991).

MULTICAUSALIDADE (clique aqui)



FONTE: STOCK.XCHING

Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador



Medicina do Trabalho



Saúde Ocupacional



Saúde do Trabalhador



Em Síntese...

De acordo com Mendes e Dias (1991), desde a segunda metade dos anos 1960 começa a se conformar um novo contexto: nos países industrializados do mundo ocidental, notadamente Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos e Itália inicia-se um movimento social marcado pela exigência da **participação dos trabalhadores nas questões de saúde e segurança**. Como resposta ao movimento social e dos trabalhadores, novas políticas sociais tomam a roupagem de lei, introduzindo significativas mudanças na legislação do trabalho e, em especial, nos aspectos de saúde e segurança do trabalhador.



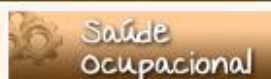
FONTE: NUTES/UFC

Enquanto isso, no campo acadêmico, desenvolvia-se a Medicina Social latino-americana e a Epidemiologia Social, trazendo uma nova forma de compreender saúde com a **teoria da determinação social do processo saúde-doença**, a qual baseada no materialismo histórico dialético adota o modo de produção como sua categoria explicativa. Assim, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho, baseado em determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982). ►

Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador



Medicina do Trabalho



Saúde Ocupacional



Saúde do Trabalhador



Em Síntese...

Por Saúde do Trabalhador compreende-se **um corpo de práticas teóricas interdisciplinares - técnicas, sociais, humanas - e interinstitucionais**, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum. Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. O avanço científico da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, durante os anos 60 e o início da década de 70, ao suscitar o questionamento das abordagens funcionalistas, ampliou o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive em sua articulação com o trabalho (MINAYO-GOMES; TEDIM-COSTA, 1997, p.6).

Com a Saúde do Trabalhador que a investigação da relação trabalho e processo saúde-doença e as ações dela decorrentes devem ser responsabilidade do setor público de saúde; o trabalhador passa a ser sujeito ativo, participando desse processo. O processo de trabalho passa a ser a categoria explicativa da relação trabalho e saúde/doença, fazendo com que as ações de Saúde do Trabalhador devam chegar até os locais de trabalho.



FONTE: STOCK.XOHNG

Concluimos que...

Os modelos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional têm como característica ocorrer no setor privado, em grandes empresas, sob a ótica da produtividade a todo custo. **Como ficam então os trabalhadores do setor informal, os autônomos, os desempregados?** O campo da Saúde do Trabalhador traz esta questão como responsabilidade do Estado, do setor público abrangendo todo e qualquer trabalhador. É válido ainda destacar que esses modelos não têm uma linearidade no seu surgimento e no seu fim, hoje em dia, encontramos os três e mesmo com o avanço da Saúde do Trabalhador, enfrentamos uma luta diária para a sua efetivação, pois ainda permanece hegemônica a Saúde Ocupacional.

Foi importante discutirmos a Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional e a Saúde do Trabalhador para entendermos que existem diferenças teóricas e práticas, entre os três modelos, e quando estamos falando de saúde do trabalhador. É preciso deixar claro, de qual modelo estamos partindo, para compreender e agir na relação trabalho e saúde, enfatizando a relevância do campo da Saúde do Trabalhador.



Para refletir

Após essa aula, reflita sobre o seguinte questionamento: Como você vê a Saúde do Trabalhador hoje?

TÓPICO 2 Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador

Após termos conhecido a evolução da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador, torna-se importante discutirmos agora, sobre como a Saúde do Trabalhador está configurada no SUS, trazendo o que diz a Constituição de 1988, a Lei nº. 8.080/90, a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador- RENAST e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

Um pouco da Historia



Os anos 1980 foi um período de intensa mobilização social, em quase todos os segmentos. Encontramos, nessa época o Movimento da Reforma Sanitária e o Movimento dos Trabalhadores.

Ambos tiveram como ponto forte a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, com ampla participação popular, cujas discussões sobre saúde enquanto direito e sobre a construção de um Sistema Único de Saúde universal, integral e equânime foram incluídas no texto da Constituição Brasileira de 1988, base legal do SUS. Ainda em 1986, é realizada a I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, de caráter mobilizador e propositivo com vistas ao processo constituinte.

Na Constituição de 1988



Maeno e Carmo (2005) ressaltam que não foi uma luta fácil inserir a Saúde do Trabalhador no SUS. Mesmo diante de todo o debate sobre essa questão, assim ficou a Saúde do Trabalhador no SUS na Constituição de 1988:



Art. 200. Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...)

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (...)

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (BRASIL, 1988).

Consideramos o SUS uma grande conquista, resultado de um intenso exercício de cidadania dos vários atores sociais envolvidos nesse processo. A atribuição da Saúde do Trabalhador enquanto competência desse sistema é uma das vitórias de uma luta histórica do movimento de trabalhadores, militantes e intelectuais dessa área. Entretanto, transformar o que está nessa lei em prática é um desafio que enfrentamos até hoje, haja vista, dentre inúmeros motivos, vivermos em um mundo dominado pelos ideais capitalistas, cuja saúde do trabalhador é deixada em segundo plano em função do capital.



Lei nº 8.080/90

Sobre a Saúde do Trabalhador no SUS, a Lei no 8.080/90 vem a defini-la em seu Art. 3º:



3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 1990).



Portaria nº 1679/GM em 19 de setembro de 2002

Em 2002, através da Portaria nº 1.679 do Ministério da Saúde, foi criada a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores (RENAST). Atualmente, a RENAST é regulamentada pela Portaria nº 2.728 de 11 de novembro de 2009.

RENAST

Conceitualmente, a RENAST é uma rede nacional de informação e práticas de saúde, organizada com o propósito de implementar ações assistenciais, de vigilância e de promoção da saúde, no SUS, na perspectiva da Saúde do Trabalhador. A compreensão do processo saúde-doença dos trabalhadores, que norteia a RENAST, está baseada no enfoque das relações Trabalho-Saúde-Doença e da centralidade do trabalho na vida das pessoas, desenvolvido pela epidemiologia social. A RENAST integra e articula as linhas de cuidado da atenção básica, da média e alta complexidade ambulatorial, pré-hospitalar e hospitalar, sob o controle social, nos três níveis de gestão: nacional, estadual e municipal, tem como eixo os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CERESTs, técnico e científico e de núcleos irradiadores da cultura da centralidade do trabalho e da produção social das doenças, no SUS. Além disso, são o *locus* privilegiado de articulação e pactuação das ações de saúde, intra- e intersetorialmente, no seu território de abrangência.



Política Nacional de Saúde do Trabalhador


Temos ainda que, em 2005 foi instituída a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, que tem como propósitos a promoção da saúde e a redução da morbimortalidade dos trabalhadores, mediante ações integradas, intra e intersetorialmente, de forma contínua, sobre os determinantes dos agravos decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos, com a participação de todos os sujeitos sociais envolvidos. Essa Política enfatiza a RENAST como a principal estratégia de organização da Saúde do Trabalhador no SUS.



Esquemáticamente, de acordo com o Manual da RENAST, de 2005, as ações de Saúde do Trabalhador no SUS estão assim configuradas:

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

Fonte: NUTEDSA/PC



Ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Básica

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de urgência e emergência

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de média complexidade

Assistência **Vigilância da Saúde** **Informação** **Produção de conhecimento** **Atividades Educativas** **Controle Social**

- Diagnóstico e tratamento das doenças relacionadas ao trabalho, de modo articulado com outros programas de saúde específicos para grupos populacionais (mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, etc.);
- Coleta sistemática da História Ocupacional para o estabelecimento da relação do adoecimento com o trabalho;
- Referência e Contrarreferência para níveis mais complexos de cuidado;
- Encaminhamento ao INSS para o provimento dos benefícios previdenciários correspondentes.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MTE/DESAÚDE

Ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Básica

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de urgência e emergência

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de média complexidade



Assistência

Vigilância da Saúde

Informação

Produção de conhecimento

Atividades Educativas

Controle Social

Sanitária Epidemiológica Ambiental

- Cartografia das atividades produtivas no território;
- Identificação e cadastro dos trabalhadores;
- Vigilância das condições e dos ambientes de trabalho - Vigilância Sanitária;
- Busca ativa de casos de doença relacionada ao trabalho - Vigilância Epidemiológica;
- Identificação da necessidade e participação nos processos de regulação;
- Referência e Contrarreferência para níveis mais complexos de cuidado.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MTE/DESAÚDE

Ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Básica

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de urgência e emergência

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de média complexidade



Assistência

Vigilância da Saúde

Informação

Produção de conhecimento

Atividades Educativas

Controle Social

- Notificação dos agravos e das situações de risco para a saúde dos trabalhadores;
- Alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MATEDSUSP

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância da
Saúde

Informação

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Controle
Social

- Identificação de problemas de saúde e de outras questões relacionadas ao trabalho que necessitam ser investigadas ou estudadas;
- Participação em projetos e estudos.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MATEDSUSP

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância da
Saúde

Informação

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Controle
Social

- Orientação dos trabalhadores em nível individual e coletivo, grupos operativos, etc;
- Educação permanente;
- Produção e divulgação de material educativo.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: NUTEDSA/UFPE

Ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Básica

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de urgência e emergência

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de média complexidade



Assistência

Vigilância da Saúde

Informação

Produção de conhecimento

Atividades Educativas

Controle Social

- Planejamento, programação, acompanhamento e avaliação das ações;
- Discussão da organização dos processos produtivos e de suas consequências sobre a saúde e o ambiente.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: NUTEDSA/UFPE

Ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Básica

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de urgência e emergência

Ações de Saúde do Trabalhador nos serviços de média complexidade



Assistência

Informação

- Diagnóstico e tratamento;
- Coleta sistemática da História Ocupacional para o estabelecimento da relação do agravo com o trabalho;
- Referência e Contra-Referência;
- Encaminhamento ao INSS para o provimento dos benefícios previdenciários correspondentes.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MUTESA/UFPA

Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica

Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência

Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade



Assistência

Informação

- Notificação dos agravos e alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e do SINAN;
- Cadastro das Atividades Produtivas existentes no território.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MUTESA/UFPA

Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica

Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência

Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Diagnóstico e tratamento dos Acidentes do Trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, de modo articulado com outros programas de saúde específicos para grupos populacionais (mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais etc);
- Coleta sistemática da História Ocupacional para o estabelecimento da relação do adoecimento com o trabalho;
- Referência e Contrarreferência para níveis mais complexos de cuidado;
- Encaminhamento ao INSS para o provimento dos benefícios previdenciários correspondentes.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MITEGSA/UFPA

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Busca ativa de outros casos de doenças relacionadas ao trabalho.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MITEGSA/UFPA

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Notificação dos agravos à saúde relacionados ao trabalho;
- Alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MUTESA/UFPE

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Laboratórios de toxicologia, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (radiologia, eletroneuromiografia, entre outros).

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MUTESA/UFPE

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Identificação de problemas de saúde e de outras questões relacionadas ao trabalho que necessitam ser investigadas ou estudadas;
- Participação em projetos e estudos.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MTE/DS/AFPC

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Orientação dos trabalhadores em nível individual e coletivo, grupos operativos etc;
- Produção e divulgação de material educativo.

Ações de Saúde do Trabalhador no SUS

FONTE: MTE/DS/AFPC

**Ações de Saúde do
Trabalhador na
Atenção Básica**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de urgência
e emergência**

**Ações de Saúde do
Trabalhador nos
serviços de média
complexidade**



Assistência

Vigilância
Epidemiológica

Informação

Rede de apoio
diagnóstico e
terapêutico

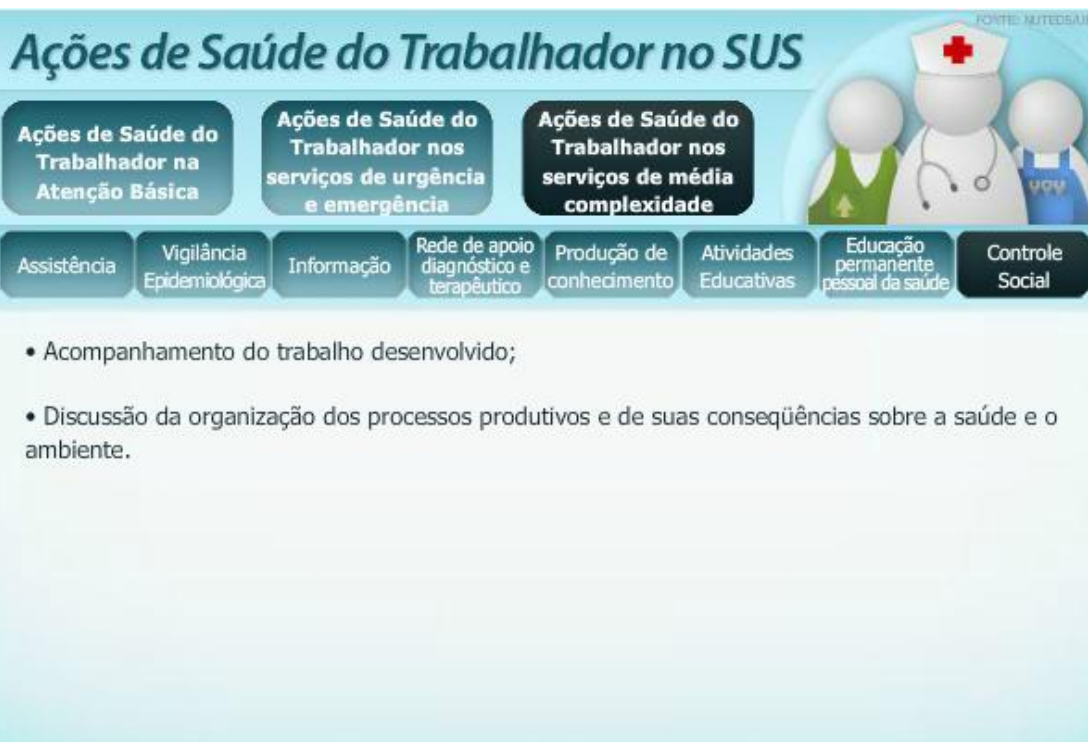
Produção de
conhecimento

Atividades
Educativas

Educação
permanente
pessoal da saúde

Controle
Social

- Executar treinamento, capacitações e atualizações para profissionais de saúde, bem como usuários e atores sociais envolvidos com a Saúde do Trabalhador, de acordo com as políticas de comunicação em saúde desenvolvidas pelo SUS em suas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).



Observação

RENAST traz que o sucesso da Saúde do Trabalhador se deve à incorporação dessas ações na atenção primária à saúde, especialmente à Estratégia Saúde da Família. Este assunto será aprofundado na aula 4.

É importante atentarmos para o fato de que apesar de toda a importância das inter-relações produção, ambiente e saúde, assunto discutido na aula 1, ainda ocorre uma incipiência dessas interfaces nos instrumentos normativos da Saúde do Trabalhador no SUS. Assim, enquanto profissionais da saúde, conhecedores agora desse assunto, temos a grande responsabilidade de realizar ações de saúde do trabalhador atreladas às de saúde ambiental, haja vista tudo que discutimos na primeira aula. Mas, o que é a Saúde Ambiental e como ela está configurada no SUS? É o que discutiremos nas aulas seguintes.

TÓPICO 4 | Saúde Ambiental: Conceitos

Já vimos no tópico da Saúde do Trabalhador, a concepção de saúde-doença da Epidemiologia Social. Rigotto (2003) nos diz que esta permite uma aproximação dos campos disciplinares da saúde ambiental e da saúde do trabalhador, articulados no plano teórico por uma visão sistêmica da relação sociedade-natureza e pela centralidade do modo de produção, no desenho do processo saúde-doença.

Seguindo essa linha de pensamento, atores como Tambellini e Câmara (1998) também defendem que a questão da saúde aponta para o plano das relações entre produção e ambiente: a lógica da sociedade penetra na natureza, através dos processos produtivos, e a

"naturaliza", distribuindo possibilidades diferentes de exposição dos indivíduos e seus coletivos a agentes, cargas e riscos que podem conduzir a processos de doença.

Ambiente



FONTE: STOKCER

Com base nessa concepção de saúde e ambiente, o ambiente é compreendido como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e sua relação com o universo.

Saúde Ambiental



FONTE: STOKCER

No Brasil, a expressão "saúde ambiental" é definida pelo Ministério da Saúde como área da saúde pública afetada pelo conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano, sob o ponto de vista da sustentabilidade (BRASIL, 2005a).

Vigilância em Saúde



FONTE: STOKCER

No que concerne ao contexto institucional, a partir de 1999 as ações de saúde ambiental passaram a ser operacionalizadas na área de vigilância em saúde do Centro Nacional de Epidemiologia. Recebeu inicialmente o nome de "**vigilância ambiental em saúde**" (VAS) e, a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, passou a se denominar "**vigilância em saúde ambiental**", sendo definida como:

A vigilância em saúde ambiental consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde (BRASIL, 2007).

Até este momento procuramos apresentar os principais conceitos de saúde ambiental. Na aula 5 mostraremos os principais elementos da Política de Saúde Ambiental brasileira, os eixos de atuação e o detalhamento dos programas de vigilância em saúde ambiental; o conhecimento desses programas servirá para orientar a atuação das equipes de Saúde da Família nos assuntos ambientais.

O País ainda não formalizou a sua própria política de saúde ambiental. Isto não quer dizer que o Estado brasileiro não se preocupa com esse assunto.





Desde 1998 o Ministério da Saúde conduz um processo de elaboração dessa política e concretamente vem atuando, primeiro por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e atualmente pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), por meio da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde (CGVAM).

Em 2007, o Conselho Nacional de Saúde, em parceria com a CGVAM e a Comissão Permanente de Saúde Ambiental, do Ministério da Saúde (COPESA), lançou o documento **"Subsídios para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental - PNSA"** num esforço para o estabelecimento de um documento legal sobre o tema.

Resumo do documento acima

Conforme entendimento acordado no I **Seminário da Política Nacional de Saúde Ambiental**, realizado em outubro de 2005, trata-se de um campo de práticas intersetoriais e transdisciplinares voltadas para os reflexos, na saúde humana, das relações ecogeossociais do homem com o ambiente, com vistas ao bem-estar, à qualidade de vida e à sustentabilidade, a fim de orientar políticas públicas formuladas com a utilização do conhecimento disponível e com participação e controle social.

 Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem implementando um Sistema de Vigilância em Saúde Ambiental em todo o país, para aprimorar um modelo de atuação no âmbito do SUS, e vem constituindo competências que objetivam a implementação de ações em que é constatada a relação entre saúde humana, degradação e contaminação ambiental.



Em encontros para discutir a elaboração da PNSA, define-se como seu objetivo: **proteger e promover a saúde humana e colaborar na proteção do meio ambiente**, por meio de um conjunto de ações específicas e integradas com instâncias de governo e da sociedade civil organizada, para fortalecer sujeitos e organizações governamentais e não-governamentais no enfrentamento dos determinantes socioambientais e na prevenção dos agravos decorrentes da exposição humana a ambientes adversos, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população sob a ótica da sustentabilidade.

Pode ser considerado, igualmente, como propósito da PNSA promover a saúde humana e ambientes saudáveis por meio da integração de políticas públicas:

- | |
|---|
| a) agregando e apoiando atores, soluções e interesses; |
| b) fomentando ações em nível internacional, regional, estadual e municipal; |
| c) cooperando técnica e financeiramente com outros atores; |
| d) fomentando e buscando bases e pesquisas científicas para atuar; |
| e) criando mecanismos de avaliação de impactos à saúde relativos a projetos, opções e ações de desenvolvimento. |

O Brasil apresenta a seguinte situação:

Os modelos



Os modelos econômicos adotados não têm levado em conta prioritariamente a saúde e o ambiente, perpetuando alguns processos produtivos inadequados que provocam danos evitáveis à saúde humana e ao meio ambiente. Ainda coexistem, atualmente, relações e processos de trabalho primários ao mesmo tempo em que se difundem processos produtivos com riscos tecnológicos complexos, que incorporam tecnologias nucleares, químicas e biológicas.

Padrões de desenvolvimento



Padrões de desenvolvimento não-sustentáveis vêm favorecendo a degradação ambiental que também afeta o homem, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, por intermédio de alterações significativas no meio natural e destruição de diversos ecossistemas, que levam a mudanças nos padrões de distribuição de doenças e nas condições de saúde dos diferentes grupos populacionais.

Ainda não atingiu um patamar adequado a presença do Estado brasileiro no que se refere às políticas públicas voltadas para a infraestrutura urbana, especialmente os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e do gerenciamento dos resíduos sólidos e águas pluviais.

Infraestrutura urbana



O impacto e as alterações ambientais têm sido em grande parte avaliadas e acompanhadas por órgãos e entidades voltadas para o meio ambiente, tendo sido observado que a tecnologia empregada e os métodos prevalentes não atingiram as medidas necessárias e suficientes no que se refere à defesa da saúde, que recebe atenção secundária na conformação política atual.

O tratamento transdisciplinar e a articulação interinstitucional, nessa área, são fundamentais. São alguns exemplos da importância dessa interface: as pesquisas e os estudos realizados sobre os efeitos da poluição do ar para a saúde ou os benefícios do abastecimento de água tratada sobre as melhorias nos indicadores de saúde infantil, bem como o mapeamento de

áreas com populações expostas ou potencialmente expostas a solos contaminados.



Observação

A proposta de construção da área de saúde ambiental no Brasil necessita de uma política específica, uma metapolítica que considere a amplitude de variáveis que não cabem ao setor de saúde ou a qualquer outro. De igual forma, necessita controlar ou interferir de forma isolada nos aspectos políticos da gestão regional e local de recursos e serviços, bem como nas relações da saúde ambiental com os diversos modos de vida da população brasileira e com o crescimento de grandes cidades e metrópoles.

Estruturação legal

Do ponto de vista estrutural e legal, o sistema de vigilância em saúde ambiental se conformou a partir das seguintes regulamentações:

1. Lei nº 8.080 (1990) campo de atuação do SUS, da ampla promoção da saúde à prevenção e recuperação de agravos;
2. Projeto Vigilância no SUS - VIGISUS I (1998) constituir o SNVS, contemplando financiamento para estruturação da VSA;
3. Portaria nº 1.172 GM/MS (2004) definição das competências das UFs para a área de VS e do financiamento dessas ações (TFVS);
4. Projeto Vigilância no SUS - VIGISUS II (1998) modernização do SNVS, incluindo a estruturação da VSA em estados, capitais e municípios com mais de 100 mil habitantes;
5. Instrução Normativa SVS/MS 01 (2005) definição do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA), focando os fatores não biológicos do meio ambiente associado a riscos à saúde humana; regulamenta competências das UFs para a VSA.



Leitura Complementar

Lendo o [texto complementar](#), você vai conhecer os Programas voltados para: água, consumo humano; ar; solo; contaminantes ambientais e substâncias químicas; desastres naturais; acidentes com produtos perigosos; fatores físicos e ambiente de trabalho.



Referência da aula

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Faculdade de Medicina. Núcleo de Tecnologias e Educação à Distância em Saúde. **Curso de especialização em saúde da família**. Evolução de Conceitos e de Políticas em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Fortaleza, 2011.